

## Declaração sob compromisso de honra relativa aos critérios de exclusão e critérios de seleção

O abaixo assinado [*indicar nome do signatário do presente formulário*]:

.....

( <i>apenas para as pessoas singulares</i> ) representando-se a si próprio	( <i>apenas para pessoas coletivas</i> ) em representação da seguinte pessoa coletiva:
Número de bilhete de identidade ou número de passaporte: ..... (a «pessoa»)	Designação oficial completa:..... Forma jurídica oficial: ..... Número de registo legal: ..... Endereço oficial completo: ..... Número de identificação fiscal de IVA:.....  (a «pessoa»).....

A pessoa não é obrigada a apresentar a declaração relativa aos critérios de exclusão se a mesma declaração já tiver sido apresentada para efeitos de outro procedimento de adjudicação da mesma entidade adjudicante<sup>1</sup>, desde que não tenham ocorrido alterações na situação e que o tempo decorrido desde a data de emissão da declaração não seja superior a um ano.

Nesse caso, o signatário declara que a pessoa já forneceu a mesma declaração relativa aos critérios de exclusão para um procedimento anterior e confirma que não ocorreram alterações na sua situação.

Data da declaração	Referência completa ao regime precedente

[PARA SUBVENÇÕES:

[[que foi autorizado a assinar a presente declaração em nome das seguintes pessoas<sup>2</sup>:

[*inserir os nomes de outras entidades em nome das quais a declaração é assinada*]]

.....

declara que [a] [cada] pessoa:

1) é elegível de acordo com os critérios estabelecidos no convite à apresentação de propostas específico;
2) dispõe da capacidade financeira e operacional necessária, tal como estabelecido no convite à apresentação de propostas em questão <sup>3</sup> ;
3) não recebeu qualquer outro financiamento da União para realizar [a ação] [o programa de trabalho] objeto do presente pedido de subvenção e compromete-se a declarar

<sup>1</sup> A mesma instituição ou agência.

<sup>2</sup> É favor consultar o convite à apresentação de propostas, no caso de opções específicas estarem definidas para assinar a declaração.

<sup>3</sup> Este requisito não se aplica a entidades afiliadas, exceto se a sua capacidade financeira e operacional for uma condição necessária devido ao facto de o beneficiário composto por essas entidades afiliadas não dispor da capacidade requerida.

imediatamente à Comissão/Agência qualquer outro financiamento da União recebido até ao final da [ação] [programa de trabalho].

**SE ALGUM DOS REQUISITOS ACIMA INDICADOS NÃO ESTIVER SATISFEITO, POR FAVOR, INDIQUE em anexo a esta declaração QUAL E O NOME DA PESSOA AFETADA COM UMA BREVE EXPLICAÇÃO.**

# I - SITUAÇÃO DE EXCLUSÃO RELATIVAS À PESSOA

	SIM	NÃO
4) Declara que a pessoa coletiva supramencionada se encontra numa das seguintes situações: PARA SUBVENÇÕES: <b><u>Em caso afirmativo, queira indicar em anexo à presente declaração qual é a situação e o (s) nome (s) da (s) pessoa (s) em causa com uma breve explicação.</u></b>		
(a) O requerente encontra-se em situação de falência, sujeito a um processo de insolvência ou de liquidação; os seus bens estão sob administração de um liquidatário ou sob administração judicial; o requerente celebrou um acordo com os credores; as atividades empresariais do requerente estão suspensas; o requerente encontra-se em situação análoga resultante de um processo da mesma natureza ao abrigo da legislação ou regulamentação nacional ou da UE;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(b) Confirmação, por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, de que a pessoa não cumpriu as suas obrigações relativamente ao pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social, de acordo com a legislação aplicável;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(c) Confirmação, por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, de que a pessoa cometeu uma falta grave em matéria profissional por ter violado disposições legislativas ou regulamentares ou regras deontológicas aplicáveis à profissão à qual pertence, ou por ter cometido qualquer comportamento ilícito que tenha um impacto sobre a sua credibilidade profissional, sempre que tal comportamento denote uma intenção dolosa ou uma negligência grave, incluindo, em particular, qualquer um dos seguintes comportamentos:		
i) apresentação de forma fraudulenta ou negligente de informações falsas no que diz respeito às informações exigidas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou do cumprimento dos critérios de seleção ou de execução de um contrato ou de um acordo;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ii) celebração de um acordo com outras pessoas com o objetivo de distorcer a concorrência,	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
iii) violação dos direitos de propriedade intelectual;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
iv) tentar influenciar o processo de decisão da entidade adjudicante durante o procedimento de adjudicação;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
v) tentar obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no âmbito do procedimento de adjudicação;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(d) Confirmação, por sentença judicial transitada em julgado, de que a pessoa é culpada dos seguintes atos:		

i) fraude	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ii) corrupção	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
iii) condutas relacionadas com uma organização criminosa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
iv) branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
v) infrações relacionadas com o terrorismo ou infrações relacionadas com atividades terroristas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
vi) trabalho infantil ou outras infrações relativas ao tráfico de seres humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(e) Confirmação, por decisão judicial transitada em julgado ou por decisão administrativa definitiva, de que a pessoa ou entidade criou uma entidade numa jurisdição diferente com a intenção de contornar as obrigações fiscais, sociais ou outras obrigações jurídicas de aplicação obrigatória na jurisdição da sua sede social, da sua administração central ou do seu local de atividade principal;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### IV - MOTIVOS DE REJEIÇÃO DO PRESENTE PROCEDIMENTO

5) Declara que[[a] [cada]] pessoa supramencionada:	SIM	NÃO	Não aplicável
Esteve envolvida anteriormente na preparação de documentos utilizados no procedimento de adjudicação, caso tal implique uma violação do princípio da igualdade de tratamento, incluindo uma distorção da concorrência, que não possa ser sanada de outro modo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

#### V - MEDIDAS CORRETIVAS

Se a pessoa declarar uma das situações de exclusão acima indicadas, deve indicar as medidas tomadas para corrigir a situação de exclusão, demonstrando assim a sua fiabilidade. Estas medidas podem ter natureza técnica ou organizacional, dizer respeito ao pessoal, para prevenir novas ocorrências, ou consistir no pagamento de indemnizações por perdas e danos ou de coimas ou de quaisquer impostos ou contribuições para a segurança social. As provas documentais pertinentes, que comprovem as medidas corretivas tomadas, devem ser fornecidas em anexo à presente declaração. Tal não se aplica em relação às situações referidas na alínea d) da presente declaração.

#### VI - ELEMENTOS DE PROVA APRESENTADOS MEDIANTE PEDIDO

Mediante pedido e no prazo fixado pela entidade adjudicante, a pessoa deve fornecer informações sobre as pessoas singulares ou coletivas que sejam membros dos órgãos de administração, de gestão ou de supervisão ou que tenham poderes de representação, decisão ou

controle, incluindo pessoas singulares e coletivas no âmbito da estrutura de propriedade e de controle e beneficiários efetivos.

Deve, além disso, fornecer os seguintes elementos de prova relativos à própria pessoa e às pessoas singulares ou coletivas a cujas capacidades a pessoa pretenda recorrer ou a um subcontratante e às pessoas singulares ou coletivas que assumem a responsabilidade ilimitada pelas dívidas da pessoa:

Para os casos mencionados nas alíneas a), c), d) ou f), g) e h) é exigido um extrato de registo criminal ou, na ausência deste, um documento equivalente emitido recentemente por uma autoridade judiciária ou administrativa do país de estabelecimento da pessoa, atestando que os requisitos visados são cumpridos.

Para a situação mencionada na b), são exigidas certidões recentes emitidas pelas autoridades competentes do Estado em causa. Estes documentos devem constituir prova do pagamento da totalidade dos impostos, taxas e contribuições para a segurança social a cargo da pessoa, incluindo, nomeadamente, o IVA, o imposto sobre o rendimento (apenas para as pessoas singulares), o imposto sobre as sociedades (apenas para as pessoas coletivas) e as contribuições para a segurança social. Quando qualquer documento mencionado anteriormente não for emitido no país em causa, pode ser substituído por uma declaração sob compromisso de honra feita perante uma autoridade judicial ou notário ou, na sua falta, por uma declaração solene perante uma autoridade administrativa ou um organismo profissional qualificado no seu país de estabelecimento.

A pessoa não é obrigada a apresentar os elementos de prova que já tiverem sido apresentados no âmbito de outro procedimento de adjudicação da mesma entidade adjudicante<sup>4</sup>. Os documentos devem ter sido emitidos no máximo um ano antes da data do pedido pela entidade adjudicante e ainda devem ser válidos nessa data.

**A pessoa sujeita à presente declaração pode ser objeto de rejeição do presente procedimento e de sanções administrativas (sanções de exclusão ou financeiras) se qualquer das declarações ou informações apresentadas como condição para participar no presente procedimento se revelar falsa.**

Nome completo

Data

Assinatura]

[RELATIVAMENTE AOS CONTRATOS PÚBLICOS: O signatário declara que a pessoa já forneceu as provas documentais para um procedimento anterior e confirma que não ocorreram alterações na sua situação.

Documento	Referência completa ao regime precedente
<i>Inserir as linhas que forem necessárias.</i>	

## VII - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

<sup>4</sup> A mesma instituição ou organismo.

6) Declara que a referida pessoa cumpre os critérios de seleção previstos que lhe são aplicáveis individualmente no documentos do concurso:	SIM	NÃO	Não aplicável
(a) tem as capacidades legais e regulamentares de exercício da atividade profissional necessária para a execução do contrato, tal como exigido no ponto 13.2 do anúncio de concurso para os candidatos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(b) cumpre os critérios económicos e financeiros indicados no ponto 9.1 do anúncio de concurso para os candidatos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
(c) cumpre os critérios técnicos e profissionais indicados no ponto 9.2 do anúncio de concurso para os candidatos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

7) Se a pessoa supramencionada é um <b>concorrente único</b> ou o <b>chefe, em caso de consórcio</b> , declara que:	SIM	NÃO	Não aplicável
(d) o proponente, incluindo os membros do grupo em caso de consórcio, e incluindo os eventuais subcontratantes, cumpre todos os critérios de seleção que serão objeto de uma avaliação consolidada tal como previsto nos documentos do concurso.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

## VIII – DOCUMENTAÇÃO COMPROVATIVA DO PREENCHIMENTO DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O signatário declara que a referida pessoa é capaz de apresentar os documentos comprovativos necessários enumerados nas secções aplicáveis dos documentos do concurso e que não se encontram disponíveis por via eletrónica, mediante pedido e sem demora.

A pessoa não é obrigada a apresentar os elementos de prova que já tiverem sido apresentados no âmbito de outro procedimento de adjudicação da mesma entidade adjudicante<sup>5</sup>. Os documentos devem ter sido emitidos no máximo um ano antes da data do pedido pela entidade adjudicante e ainda devem ser válidos nessa data.

O signatário declara que a pessoa já forneceu as provas documentais para um procedimento anterior e confirma que não ocorreram alterações na sua situação.

Documento	Referência completa ao regime precedente
<i>Inserir as linhas que forem necessárias.</i>	

***A pessoa acima indicada pode ser objeto de rejeição deste procedimento e de sanções administrativas (sanções de exclusão ou financeiras) se quaisquer das declarações ou informações apresentadas como condição para participar no presente procedimento se revelarem falsas.***

Nome completo

Data

Assinatura

<sup>5</sup> A mesma instituição ou organismo.